

Ocupa Lagoinha: Movimentos emergentes de resiliência no Sol Nascente na luta pela efetivação das políticas de proteção de nascentes do Distrito Federal

Ocuppy Lagoinha: Emerging movements of resiliense in Sol Nascente in the struggle for effective policies for the protection of springs in the federal district

Ocupa Lagoinha: Movimientos emergentes de resiliência en Sol Nascente en la lucha por políticas efectivas de proteccíón de mantiales en el Distrito Federal.

Larissa Brenda Cordeiro

Pós Graduada Residência CTS, UNB, Brasil
larissabrendacordeiro@gmail.com

Liza Andrade

Professora Doutora Arquitetura e Urbanismo, PPG FAU-UNB, Brasil.
lizamsa@gmail.com

Vânia Loureiro

Professora Doutora Arquitetura e Urbanismo, FAU-UNB Brasil
vania.teles.loureiro@gmail.com

RESUMO

O artigo tem como objetivo destacar as ações dos movimentos emergentes de resiliência do Sol Nascente com a frente de Ocupação da Lagoinha na luta pela efetivação das políticas ambientais federais e distritais no que tange a proteção dos recursos hídricos e das nascentes no Distrito Federal. A metodologia utilizada se baseia na revisão da literatura acerca das políticas ambientais e o método de pesquisa-ação. O Objeto de estudo se trata de uma nascente denominada Lagoinha, localizada no Trecho 3 do Sol Nascente, considerada pelo IBGE como a maior favela da América Latina, que atravessa conflitos territoriais causados pela falta de planejamento urbano integrado ao desenvolvimento sustentável. Entretanto existem movimentos sociais de resistência que lutam pela preservação e recuperação de áreas degradadas, incluindo a nascente Lagoinha. Esse artigo busca evidenciar as práticas e intervenções de educação ambiental, por meio da escriturização para fortalecer o movimento. Foi realizada uma parceria da Coletiva Filhas da Terra com a o Programa de Extensão na Pós-graduação Residência CTS (Ciência, Tecnologia e Sociedade) na qual tem o fundamento teórico e prático multidisciplinar que envolve agroecologia, gestão territorial, saúde ecossistêmica e economia solidária. Além de analisar as políticas ambientais, o estudo relaciona atividades desenvolvidas pela sociedade civil com intuito de regeneração e proteção da nascente.

PALAVRAS-CHAVE: recursos hídricos, educação ambiental, racismo ambiental, planejamento urbano.

SUMMARY

The article aims to highlight the actions of the emerging resilience movements of Sol Nascente with the Lagoinha Occupation front in the struggle for the effectiveness of federal and district environmental policies regarding the protection of water resources and springs in the Federal District. The methodology used is based on the literature review on environmental policies and the action research method. The object of study is a spring called Lagoinha, located in Section 3 of Sol Nascente, considered by IBGE as the largest slum in Latin America, which goes through territorial conflicts caused by the lack of urban planning integrated with sustainable development. However, there are social resistance movements that fight for the preservation and recovery of degraded areas, including the Lagoinha spring. This article seeks to highlight the practices and interventions of environmental education, through writing to strengthen the movement. A partnership was made between the Filhas da Terra Collective and the CTS (Science, Technology and Society) Postgraduate Residency Extension Program, which has a multidisciplinary theoretical and practical foundation involving agroecology, territorial management, ecosystem health and solidarity economy. In addition to analyzing environmental policies, the study relates activities developed by civil society with the aim of regenerating and protecting the spring.

KEYWORDS: water resources, environmental education, environmental racism, urban planning.

RESUMEN

El artículo tiene como objetivo destacar las acciones de los movimientos emergentes de resiliencia del Sol Nascente con el frente de Ocupación Lagoinha en la lucha por la efectividad de las políticas ambientales federales y distritales relativas a la protección de los recursos hídricos y manantiales en el Distrito Federal. La metodología utilizada se basa en la revisión bibliográfica sobre políticas ambientales y en el método de investigación-acción. El objeto de estudio es un manantial llamado Lagoinha, ubicado en la Sección 3 de Sol Nascente, considerada por el IBGE como la favela más grande de América Latina, que atraviesa conflictos territoriales causados por la falta de planificación urbana integrada con el desarrollo sostenible. Sin embargo, existen movimientos de resistencia social que luchan por la preservación y recuperación de áreas degradadas, entre ellas el manantial de Lagoinha. Este artículo pretende destacar las prácticas e intervenciones de la educación ambiental, a través de la escritura para fortalecer el movimiento. Se realizó una asociación entre el Colectivo Filhas da Terra y el Programa de Extensión de la Residencia CTS (Ciencia, Tecnología y Sociedad), que tiene una base teórica y práctica multidisciplinar que abarca la agroecología, la gestión territorial, la salud de los ecosistemas y la economía solidaria. Además de analizar las políticas medioambientales, el estudio relata las actividades desarrolladas por la sociedad civil con el objetivo de regenerar y proteger el manantial.

PALABRAS CLAVE: recursos hídricos, educación medioambiental, racismo medioambiental, urbanismo

INTRODUÇÃO

O artigo trata de uma análise das políticas ambientais, com recorte às áreas de proteção ambiental em espaços urbanos, relacionando também com iniciativas que realizam ações de resistência e ativismo ambiental. Às políticas ambientais foram sendo construídas de forma lenta e gradual, sobretudo às políticas públicas que tangem nas nascentes. Diante disso a realização desse artigo é importante para expor quais foram às iniciativas governamentais em defesa do Cerrado por meio da criação e efetivação de leis, como foram construídas e estão sendo implementadas. Também tem como finalidade este estudo de caso, enaltecer atividades construídas pela sociedade civil e quais foram às respostas diante das problemáticas impostas.

No Brasil, um determinante fundamental para entender o uso de ocupação do solo sem práticas sustentáveis é a questão fundiária, onde ocorrem invasões de forma irregular em áreas de preservação e fonte de recursos hídricos. De acordo com o Atlas Fundiário do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), “cerca de 3% do total das propriedades em áreas rurais do Brasil são latifúndios e ocupam 56,7% das terras agricultáveis.” O Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) é um instrumento potencializador para o fortalecimento de políticas públicas de proteção ambiental, entretanto é limitado devido aos poucos recursos e também às formas de execução. Na década de 80, foi instaurado a Política Nacional do Meio ambiente (PNMA) na qual foi integrada o Sistema Nacional do Meio ambiente (SISNAMA), o Conselho Nacional do Meio Ambiente e no mesmo período também foi promulgado a lei nº 6.902 que dispõe sobre a criação de Áreas de Proteção Ambiental e Estações Ecológicas.

Apesar da criação do FNMA para fortalecimento da PNMA, as atuações caminham de forma lenta sem uma fiscalização rigorosa de controle do desmatamento em áreas nativas. As temáticas prioritárias variam muito ao longo dos anos, e vão desde atividades de educação ambiental, atividades de extensões rurais e usos sustentáveis de recursos, preservação de espécies florestais em extinção, gestão de resíduos sólidos e também intervenções em mananciais e recuperação de Áreas de Preservação Permanente. Segundo o Instituto de Estudos Socioeconômicos (2022) “devido a questões burocráticas e grandes níveis de exigência dos editais, o FNMA acaba excluindo entidades, pequenos municípios e instituições que não conseguem abarcar todas as condições impostas.”

Ademais, o Plano Nacional de Recursos Hídricos estabelecido por meio da lei nº 9.433 em 8 de Janeiro de 1997 traz normativas de gestão das bacias hidrográficas mas não estabelece políticas de proteção de nascentes. Isso enfraquece as estratégias de enfrentamento ao desmatamento, seca de nascentes e rios, impossibilitando a fiscalização principalmente em áreas que são usadas pelo latifúndio e grilagem de terras. Também ocorre uma falta de articulação entre setores ambientais diminuindo as possibilidades de fontes orçamentárias para execução de projetos de regeneração ambiental alinhadas com a participação social.

Por ser uma região no planalto central e estar localizado no chamado berço das águas - o Cerrado, o Distrito Federal é cercado e permeado pela presença de nascentes. Infelizmente ao longo dos anos a cobertura vegetal nativa desse bioma vem sendo devastada. Segundo o Instituto Nacional de Pesquisa Espaciais (INPE), que desenvolveu a plataforma Terra Brasilis (2023), o Cerrado, segundo maior bioma do Brasil, corresponde a 23,9% do território, entretanto o desmatamento acumulado corresponde a 52%, superando as taxas do bioma Amazônia, as políticas públicas de conservação acabam sendo concentradas, devido à projeção internacional

(Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019). Conforme mencionado por Cordeiro (2022, p.9):

O DF é cercado por três bacias hidrográficas e que juntas desempenham um papel fundamental no abastecimento de água do Brasil, sendo no interior do país, o território que possui várias nascentes muito importantes para o ciclo da água mundial. Das 33 regiões administrativas do DF, 30 são abarcadas pelos afluentes da bacia do Rio Paranaíba. Segundo a ADASA (2021), o Rio Descoberto, que faz parte da bacia do Rio Paranaíba, é responsável por aproximadamente 60% do fornecimento de água do DF, por isso é importante manter a qualidade da água desses rios que compõem.

Nos dados mais recentes do IBGE (2022), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do DF é de 0,824, um dos maiores índices do país, mas também como uma das maiores desigualdades sociais e ambientais. Além disso, conta em seu território com um dos maiores assentamentos informais da América Latina, de acordo com o IBGE. O Sol Nascente se localiza adjacente a Ceilândia e é hoje a XXXII Região Administrativa do DF, contendo uma larga porcentagem de seu território ainda na informalidade e caracterizado como Área de Regularização de Interesse Social (ARIS), cujo processo de regularização se encontra em andamento. A Lagoinha é uma nascente da sub bacia do Rio Melchior, considerado um dos rios mais poluídos do DF por se encontrar na classe 4, conforme a classificação de qualidade da água da ADASA.

Assim como em outras áreas do DF, a sensibilidade ambiental é um tema urgente, devido à forte sobreposição de áreas livres ocupadas irregularmente (frequentemente por processos como a grilagem) e a presença de elementos como nascentes e rios ou córregos. Isso demonstra a importância da realização de pesquisas e políticas públicas voltadas para proteção dos mananciais, buscando estratégias de planejamento territorial sensível à urgência climática ali expressa, como as soluções baseadas na natureza, que não só auxiliam na luta pelos direitos básicos à qualidade de vida nas cidades, mas reforçam a manutenção e preservação de áreas como nascentes e margens de rios e córregos e suas matas ciliares. Hoje, essas áreas naturais sofrem forte ameaça, devido ao crescimento desenfreado da ocupação irregular, tal como é o caso da Lagoinha, objeto de estudo deste artigo.

OBJETIVOS E METODOLOGIA

Esse trabalho tem como objetivo avaliar a gestão dos recursos hídricos com recorte de uma nascente do Distrito Federal denominada pela comunidade de “Lagoinha”. A lagoinha é uma nascente localizada no Trecho 3 do Sol Nascente, que sofre diversos problemas ambientais negligenciados pelo Estado. O intuito do artigo é contextualizar as políticas ambientais com a situação da Lagoinha, a partir de análise das dimensões socioambientais e execução de planejamento urbano. Ademais, tem como propósito evidenciar as lutas de proteção no território realizadas por movimentos sociais ambientalistas a partir da perspectiva teórica de escrevivência.

Escrevivência é um termo histórico trazido por Conceição Evaristo (2017) que está fundamentado na fala de mulheres negras a partir das vivências e provoca a sociedade a refletir sobre diversas questões sociais e ambientais.

A metodologia utilizada para realização do artigo inicialmente foi de uma pesquisa bibliográfica acerca do histórico das políticas ambientais e dados relacionados ao Cerrado.

Também foi utilizado a metodologia de pesquisa-ação na qual se trata de uma pesquisa social com base empírica que é fundamentada e realizada a partir de ações com proposição de resolução de um problema coletivo, em que os pesquisadores estão envolvidos de modo cooperativo. A Residência Multiprofissional CTS (Ciência, Tecnologia e Sociedade) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília utiliza essa metodologia pois “possibilita uma abordagem transdisciplinar, relacionando múltiplos temas advindos de diferentes áreas de conhecimento” (Moraes et al.,2022), promovendo a assessoria sociotécnica a partir de processos de construção coletiva entre universidade e sociedade, no enfrentamento das lutas comunitárias.

IMPACTO AMBIENTAL DO CRESCIMENTO URBANO INFORMAL NO SOL NASCENTE

Os maiores impactos ambientais no DF estão relacionados com o saneamento básico e o uso de insumos da agricultura. Apesar do tratamento e o abastecimento ser público e de qualidade, sendo um exemplo para os estados do Brasil, no Plano de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos (PGIRH) do DF e no Zoneamento Ecológico Econômico do DF inexistem políticas públicas de proteção e recuperação de nascentes; além da preservação de águas subterrâneas, localizadas nos lençóis freáticos e aquíferos. Dentre os serviços ecossistêmicos encontram-se aqueles de provimento de água potável, de diluição de esgotos tratados ou ainda de drenagem pluvial natural (infiltração ou filtração), assegurando qualidade da água nos corpos hídricos (ZEE-DF, 2019). Isso significa a falta de amparo governamental na execução de serviços socioambientais, distanciando a comunidade e o Estado de temas relevantes para o desenvolvimento sustentável não só da capital, mas do país como um todo.

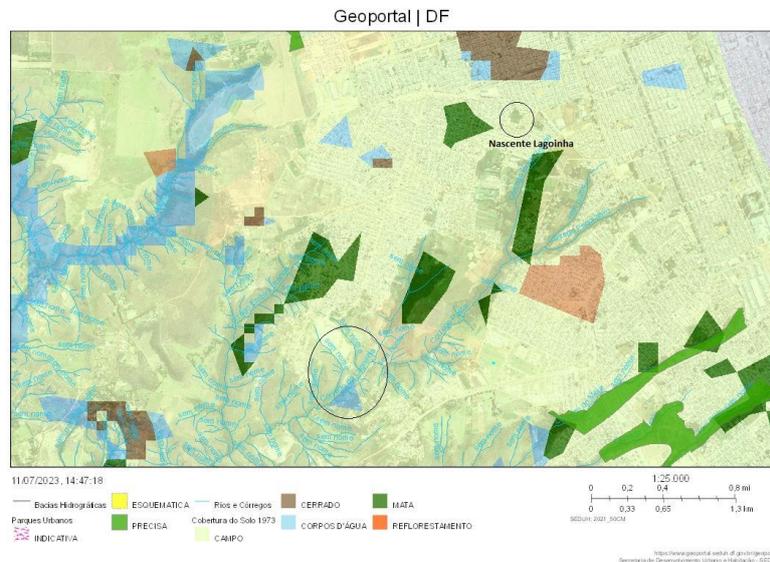
A primeira lei ¹ do Distrito Federal voltado para questões ambientais foi no ano de 1989, quase 30 anos depois da inauguração da capital que dispõe de políticas públicas de proteção, elaboração e implementação de proteção ambiental, demonstrando a ineficiência de políticas ambientais nos anos iniciais da nova cidade. Assim como nas metrópoles do país, o DF e também seu entorno, passava por uma série de modernizações voltadas para incluir as grandes corporações de agroindústria, industrialização e desmembramento de pequenos produtores que ali já estavam; ocorrendo a desterritorialização, ou seja, a separação de zonas consideradas mais rentáveis e menos rentáveis. (CORDEIRO, 2022, p.49)

Na figura 1, demonstra o processo de ocupação do território de Ceilândia e Trecho 3 do Sol Nascente ao longo dos anos, em que no período de 1973 o território já estava em processo de criação de habitações, chácaras, mas composto por matas fechadas e campos de cerrado. Com o aumento populacional entre 2000 e 2019, a maior parte da área que seria o Parque Lagoinha passou a ser ocupado e a nascente da Lagoinha perdeu uma parte significativa de vegetação e área de drenagem das águas superficiais, dificultando o escoamento e o aumento de erosões, enchentes e alagamentos. Na figura 2, as regiões em roxo significam às áreas construídas, em que o trecho 3 é definido como Área de Relevante Interesse Social (ARIS), região passível de regularização, mas que ainda não conta com infraestrutura urbana devidamente implementada. Outro fator importante a considerar por meio da análise de dados georreferenciados, é que a Microbacia do Melchior está sujeita a qualquer tipo de ações

¹ Lei nº 41 de 13 de setembro de 1989.

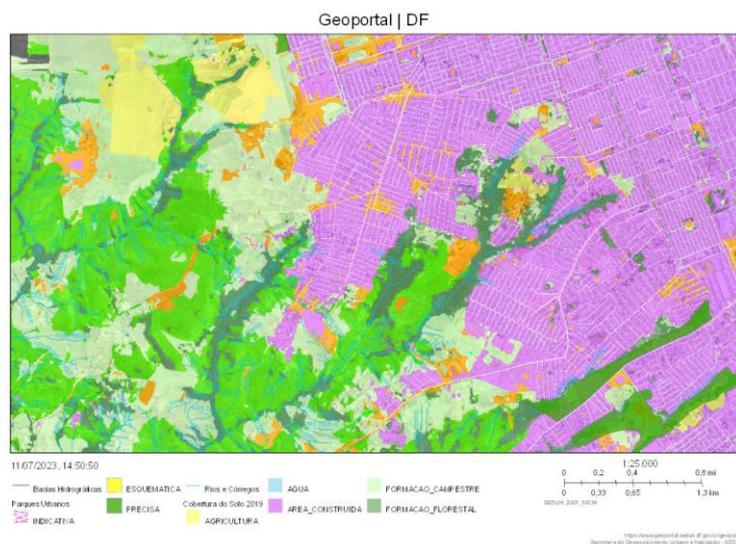
antrópicas, sendo visível a tomada de suas áreas livres e naturais, devido à falta de monitoramento da região.

Figura 1: Mapa hidrográfico da bacia do Rio Melchior e Descoberto e processo de ocupação em 1973.



Fonte: Autores (GEOPORTAL,2023)

Figura 2: Mapa Processo de Ocupação e locais de preservação em 2019



Fonte: Autores (GEOPORTAL, 2023)

De acordo com o estudo ambiental para a criação da Unidade de Conservação do Rio Descoberto, uma das maiores fontes de abastecimento do DF, responsável por 60% do fornecimento (ADASA), as principais fontes de degradação das águas são os efluentes domésticos e da agricultura. Isso demonstra a necessidade urgente de criação e efetivação das políticas de reabilitação e preservação ambiental. A lagoinha, localizada próxima a QNR de Ceilândia e no Setor Habitacional Sol Nascente Trecho 3, é um exemplo de território com presença de nascentes, com uma parte já aterrada e seu remanescente sofrendo com processos

de poluição e desmatamento. Ademais, apesar da CAESB (Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal) ser um dos maiores exemplos do Brasil no tratamento de efluentes e acesso à água potável como uma instituição pública, ainda não consegue abranger o monitoramento hidrográfico das bacias que compõem o DF. Ademais, o Instituto Brasília Ambiental (IBRAM) não consegue fiscalizar de forma efetiva as especificidades de ocupação e poluição das nascentes. De acordo com Cordeiro (2022, p.90):

A lagoinha se localiza no trecho 3 do Sol Nascente atrás de um grande supermercado e cercado por várias casas, mesmo sendo uma APP, a Lagoinha no decorrer dos anos foi sendo desmatada, aterrada e por muitas vezes grileiros tentam lotear o que restou desse espaço. Mas por meio da luta da Casa da Natureza, a Coletiva Filhas da Terra e entre outros participantes da comunidade se juntaram à luta, em que realizamos mutirões de reflorestamento e limpeza do espaço. Ao longo dos anos a luta foi para que o estado reconhecesse como APP pois ela foi retirada por não ser considerada de importância hídrica, a lagoinha em 2019 voltou a ser reconhecida como APP delimitando como parque com objetivo proteger e restaurar o espaço. Entretanto ainda não ocorreram intervenções na prática, as árvores que estão no espaço em sua maioria foram plantadas pela comunidade.

Em 1996 por meio de decreto, foram mapeadas áreas que seriam para parque em Ceilândia, na qual a lagoinha fazia parte, porém não foi executado e ao longo dos anos foi perdendo área nativa para a grilagem de terras e a ocupação irregular. Teoricamente por meio da legislação, haveria cerca de 72 parques distritais e ecológicos, além do Parque do Rio Descoberto, pertencente ao Goiás e também o Parque Dona Sarah Kubitscheck, gerido pelo Secretaria do Turismo do Governo Federal, entretanto na prática existem apenas 33 parques. Sendo concentrados em regiões centrais do Distrito Federal, excluindo a ARIE JK (Área de Relevante Interesse Ecológico) na qual os territórios de Ceilândia, Sol Nascente/ Pôr do Sol fazem parte e não possui a implantação² desses parques, que inclusive leva o nome do fundador da capital.

A Lagoinha é uma das nascentes que pertencem à microbacia do Rio Melchior e da bacia hidrográfica do Rio Descoberto, demonstrando a importância ecológica, não só para a disponibilidade hídrica de gerações futuras, mas da geração atual. Uma das possibilidades de contribuir com a preservação desses espaços é a retomada e reconhecimento de territórios de povos tradicionais ou originários, principalmente nesse bioma, pois o cerrado é o berço das águas e são fundamentais para o abastecimento hídrico dos outros biomas como a Amazônia. Apesar do Distrito Federal ser uma região bastante urbanizada, excluindo essas populações, existem ainda pessoas que resistem a esses problemas socioambientais. Onde estão presentes povos tradicionais, os espaços de preservação são maiores; como exemplo o Santuário dos Pajés, localizado no Noroeste que sofre com a grilagem de terras, e o Quilombo Mesquita, que faz parte da RIDE DF (Região Integrada de Desenvolvimento), localizada na Cidade Ocidental, no Goiás, mas que possui problemas relacionados ao latifúndio.

² C.f. publicação do Instituto Brasília Ambiental (IBRAM) na qual foi elaborado um guia de Parques do Distrito Federal. Disponível: <https://www.ibram.df.gov.br/parques-sob-gestao-do-ibram/>
Acesso em 10 de julho de 2023

caracterizada por 53,9% se autodeclarando parda, 30% branca, 14% preta, 1,4% se consideram amarela e os dados referentes a autodeclaração indígena são insuficientes. Cerca de 20% da população é formada por casais sem filhos, 17% unipessoal, 15% casal com 1 filho, 13% com 2 filhos, 10,8 % monoparental (feminino), 7% casal com 3 filhos ou mais. Por ser um bairro periférico composto majoritariamente por pessoas negras e pardas, o racismo ambiental é evidenciado devido a insuficiência de equipamentos públicos, transporte adequado, infraestruturas para acesso a saúde, educação, áreas de lazer etc.

Apesar de não possuir dados da presença indígena no território, pretos e pardos compõem esse quadro social e existem algumas iniciativas que lutam por meio de perspectivas voltadas para o bem viver comunitário e em busca da justiça socioambiental. Como é o caso do Projeto Casa da Natureza, que promove ações ecopedagógicas no Território do Sol Nascente. A coordenadora do projeto e educadora ambiental realiza ações na lagoinha desde 2010 por meio de mutirões de limpeza e de reflorestamento com voluntários. Para a construção do bem viver é fundamental a construção de relações de intercâmbio, produção, troca de saberes e cooperação para o desenvolvimento de atividades como às do projeto da Casa da Natureza. O Código Florestal prevê que o raio de 50 metros de nascentes são áreas de proteção permanente, mas é importante enfatizar as proximidades de construções próximas às nascentes no território do DF devido à falta de monitoramento de ocupações. A lagoinha não é um caso isolado, entretanto é muito urgente a realização de medidas de mitigação devido ao risco de perda do habitat natural. A figura 6 demonstra como o espaço está tomado por construções muito próximas.

Figura 6: Restos de uma construção há menos de 10 metros de distância da nascente após denúncia, 2015.



Fonte: Acervo Casa da Natureza (2015)

A Coletiva Filhas da Terra, é um coletivo de mulheres negras voltadas para ações socioambientais nas periferias do Distrito Federal. Tem como objetivo o resgate e a valorização das culturas afro-brasileiras e indígenas como estratégia de intervenção social e ambiental. O grupo conheceu a nascente por intermédio da Casa da Natureza, e logo iniciaram projetos em parceria para defesa do espaço. Desde 2018, a Filhas da Terra realiza ações nas nascentes do território do Sol Nascente, mas com foco na lagoinha devido a sua emergência ambiental. As organizações por serem sem fins lucrativos e não possuem apoios governamentais, realizam pequenas ações sem muito orçamento, mas que fazem a diferença para o território. No ano de 2019 em parceria com o projeto verdejando, foram plantadas mais de 40 árvores na lagoinha, diminuindo o descarte irregular de lixo e também as tentativas de invasão. É importante enfatizar que essas invasões possuem viés mercadológico, de lucro com a terra e não de acesso

à moradia, mas que acaba criminalizando de forma errônea pessoas que estão na luta pelo direito à habitação.

Figura 7: Projeto Verdejando realizado pela Globo Brasília em parceria com a Coletiva Filhas da Terra e alunos da Escola Classe.



Fonte: Acervo Coletiva Filhas da Terra (2019)

Um dos maiores conflitos é devido à grilagem de terras e falta de infraestruturas baseadas na natureza. Com intuito de dialogar com a comunidade acerca do planejamento territorial, incluindo o saneamento básico e áreas de lazer. A coletiva Filhas da Terra em parceria com a Casa da Natureza, Residência CTS, Menino de Ceilândia, Jovem de Expressão e entre outras organizações, realizou no dia 24 de junho de 2023 um evento em comemoração ao mês do meio ambiente em que foi realizado rodas de conversa acerca do racismo ambiental e a necessidade criação do Parque Lagoinha, mediação do Jogo do Rio Melchior e atrações artísticas para a comunidades próximas a lagoinha. Esse evento foi importante para discutir a situação atual do espaço e quais são os próximos passos para o planejamento territorial sustentável de acordo com a agenda 2030. A Residência CTS é uma especialização do Programa de Pós Graduação do Departamento de arquitetura voltada para a metodologia de Paulo Freire por meio de teorias e ações multidisciplinares na qual é desenvolvido pesquisa e ações voltadas para a agroecologia, gestão territorial, economia solidária e saúde ecossistêmica. A multidisciplinaridade permite intervenções de trocas de saberes mútuas entre a academia e a comunidade; potencializando, apoiando, relacionado às lutas sociais, culturais, ambientais e políticas.

Figura 8: Roda de conversa racismo ambiental no evento Ocupa Lagoinha



Fonte: Acervo Filhas da Terra (2023)

Figura 9: Mediação Jogo do Rio Melchior com participação da Residência CST e Casa da Natureza



Fonte: Residência CTS (2023)

CONCLUSÃO

É primordial o mapeamento das nascentes do Distrito Federal visto que os estudos acerca das nascentes do cerrado são incipientes, além do mais é necessário maior fiscalização e monitoramento, principalmente em áreas informais. O monitoramento da qualidade das águas acontece apenas em trechos específicos de corpos receptores de efluentes, não abrangendo todo o distrito. Além do mais, a legislação atual é permissiva devido a não possuir artigos ou leis específicas para a proteção e recuperação de nascentes. O inchaço populacional é um fator determinante de problemas ambientais, entretanto as políticas ambientais possibilitam o tratamento de efluentes sem um trabalho de recuperação ambiental, além das políticas urbanas não acompanharem a realidade dos processos de ocupações urbanas. Devido a falta de investimentos para o orçamento socioambiental, organizações como a Casa da Natureza e Coletiva Filhas da Terra realizam trabalhos fundamentais visto a negligência governamental, com apoios e parceiros para a continuidade das intervenções, como o curso de especialização Residência Multiprofissional Ciência Tecnologia e Sociedade (CTS) da Universidade de Brasília e o Grupo de Pesquisa e Extensão “Periférico, trabalhos emergentes” que desenvolve pesquisa-ação para o planejamento territorial e socioambiental local.

Referências Bibliográficas

ACOSTA, ALBERTO. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. Editora Elefante, 2011.

ADASA. Agência Reguladora de Águas, Energia e saneamento básico do Distrito Federal. **Fiscalização do Sistema de Esgotamento Sanitário da Bacia do Rio Descoberto/ Melchior**. Superintendência de Abastecimento de Água e Esgoto- SAE Assessoria de informações Regulatórias Brasília, 2015. Disponível em: http://www.adasa.df.gov.br/images/storage/area_de_atuacao/abastecimento_agua_esgotamento_sanitario/fiscalizacao/relatorios_vistoria_fiscalizacao_rvf/RVF-006-2005-FiscSES-Bacia-do-Rio-Descoberto-Melchior.pdf

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [1997]. **Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos**. Constituição federal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9433.htm Acesso em 9 de julho de 2023

CODEPLAN, Companhia de Planejamento do Distrito Federal. **PDAD- Pesquisa Distrital por amostra de domicílios**. Governo do Distrito Federal, 2022. Disponível em: <https://codeplan.df.gov.br/pdad-continua-2022/> Acesso em 9 de julho de 2023

CORDEIRO, Larissa Brenda. **As desigualdades socioambientais: estudo acerca das consequências do racismo ambiental no Melchior/Belchior, rio em cidades periféricas do DF**. Trabalho de Conclusão de Curso, Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília, 2022.

EVARISTO, Conceição. *Becos da memória*. Rio de Janeiro: Pallas, 2017

GDF. Governo do Distrito Federal. Caderno Técnico Pré zoneamento. **Zoneamento Ecológico Econômico do Distrito Federal**, 2019. Governo de Brasília. Disponível em: https://sisdia.df.gov.br/home/wp-content/uploads/2021/03/cadernostecnicoszee/ZEEDF_CT03_Pre-Zoneamento_03A-Disponibilidade-Hidrica.pdf Acesso em 10 de julho de 2023

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Densidade demográfica**. Distrito Federal: IBGE 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/> Acesso em 9 de julho de 2023.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Custo Social do Desmatamento nos biomas brasileiros**. Governo federal, 2023. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11811/1/TD_2842_Web.pdf Acesso em 10 de julho de 2023

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Acervo Fundiário do Brasil**. Governo Federal, 2023. Disponível em: https://acervofundiario.incra.gov.br/acervo/dados_acervo.php Acesso em 10 de julho de 2023.

INESC. Instituto de Estudos Socioeconômicos. **Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA): histórico e desafios como instrumento de financiamento da política socioambiental no Brasil**. Série: Caminhos para o financiamento da política socioambiental no Brasil. Agosto, de 2022. Disponível em: <https://www.inesc.org.br/wp-content/uploads/2022/08/Fundo-Nacional-do-Meio-Ambiente-Inesc.pdf> Acesso em 10 de julho de 2023

INPE. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. **Terrabrasilis: Dados sobre desmatamento nos biomas brasileiros**. Disponível em: http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal_amazon/rates Acesso em 9 de julho de 2023

MORAES, Raquel; SILVA, Ana Luiza; REZENDE, Laiane, ROSA, Antonio; BENJAMIN, Yasmin; PAZOS, Valmor. **Educação freireana e cultura do trabalho**. In *Residência em Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) Habitat, agroecologia, economia solidária e saúde ecossistêmica: integrando pós-graduação e extensão*. Universidade de Brasília, 2022.

INPE, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. **TERRA BRASILIS: dados geográficos gerados pelos projetos de monitoramento da vegetação nativa**. Governo federal, 2023. Disponível em: <http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/alerts/biomes/cerrado/daily/> Acesso em 10 de julho de 2023.